

Reunião do ministério vai definir o Orçamento de 89

JORNAL DE BRASÍLIA

12 AGO 1988

Ivaldo Cavalcante

O presidente José Sarney deve reunir todo o ministério no decorrer da próxima semana para discutir as linhas básicas do Orçamento Geral da União que, em função do aumento das transferências para estados e municípios, não escapará da eliminação de projetos. A informação é do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que considera inevitável um aumento da carga tributária a partir de 89, conjugando revisão de incentivos, subsídios e aumentos de impostos.

Na manhã de ontem, Abreu reuniu-se com o presidente Sarney durante quase duas horas para apresentar as linhas básicas das várias alternativas com relação ao Orçamento Geral da União para o próximo ano. Participaram da reunião os ministros Mailson da Nóbrega, Ronaldo Costa Couto, Bayma Denys e Ivan de Souza Mendes. O ministro do Planejamento também se fez acompanhar dos seus principais assessores: secretário especial de Assuntos Econômicos, Raul Velloso; secretário de Orçamento e Finanças, José Ribas Neto; assessor especial, Everardo Maciel; coordenador de Macroecono-



Abreu prevê mais impostos
mia, João do Carmo; e secretário-geral, Ricardo Santiago.

Negociação

O processo de negociação política em torno do Orçamento para o ano que vem será difícil como reconhecem os próprios assessores do Planejamento, apesar de Mailson ter assegurado que o presidente Sarney demonstrou vocação políti-

ca para realizar os cortes necessários no Orçamento. Estes assessores lembram que será difícil convencer os ministros de cortes significativos, que, no total, alcançam a marca de Cz\$ 1 trilhão.

Abreu reconhece que a perda de receita líquida da União, avaliada em 17% já em 89, acarretará reformulações em órgãos da administração pública e estas medidas têm reflexos políticos que precisam ser analisados pelo presidente Sarney. Entre as várias alternativas levadas ao Presidente, estão a recuperação da perda de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) da receita líquida da União (arrecadação menos transferências). Para isto, tanto a Fazenda como o Planejamento defendem ao menos a eliminação dos incentivos do Fundo de Recuperação do Estado do Espírito Santo, Fundo de Investimento Setorial — Florestamento e Reflorestamento, pequenas mudanças na cédula G (declaração de rendimentos de produtores rurais) e dedução no Imposto de Renda da contribuição do PIS. Somente a extinção destes incentivos renderiam uma receita adicional de Cz\$ 200 bilhões.